Exame da Época de Recurso de Teoria Geral do Direito Civil I

1.º Ano – Turma C – 14 de fevereiro de 2022 – 120 minutos

João Espírito Santo
João Paulo Geraldês
Diogo Bárto
Chen Chen

I

No dia em que fez 17 anos de idade, em dezembro de 2020, **António** foi autorizado pelos pais a exercer a profissão de carpinteiro.

No mês seguinte, **António** vendeu uma barra de ouro que recebeu por herança do seu avô e, com o dinheiro recebido comprou um automóvel. O comprador da barra de ouro apercebeu-se da idade de **António**, mas este referiu-lhe que, “*se tenho idade para trabalhar, também posso gerir livremente os meus bens*”.

Em maio seguinte, **António** recebeu uma encomenda de 50 mobílias de quarto para um hotel, tendo gasto 40 mil euros na aquisição da madeira.

Sabendo disso, **Bento**, o pai de **António**, pensa que o mesmo não conseguirá cumprir uma encomenda tão grande e, por isso, logo instaurou uma ação judicial destinada a invalidar a compra da madeira.

Em dezembro de 2021, **Bento** apercebeu-se da venda do ouro e da compra do carro e pretende, igualmente, invalidar esses negócios.

Por outro lado, **António** está agora convencido de que fez um mau negócio quanto à venda da barra de ouro, que valeria bastante mais do que o preço que recebeu, pretendendo, assim, reverter a venda.

Quid iuris? [6 valores]

- Em dezembro de 2020, António era menor (artigo 122.º CC), carecendo de capacidade de exercício (artigo 123.º CC).
- Venda da barra de ouro e compra do automóvel – são anuláveis (artigo 125.º, n.º 1, CC), visto que não cabem em nenhuma das exceções do n.º 1 do artigo 127.º CC, sendo irrelevante a afirmação de A [já que tais negócios não se reconduzem à norma do art. 127,1, c)]

- Afirmação de António (“*se tenho idade para trabalhar, também posso gerir livremente os meus bens*”) - não constitui dolo nos termos do n.º 1 do artigo 253.º CC. Assim sendo, o dolo do menor (artigo 126.º CC) não é aplicável.
- Compra da madeira, no valor de 40 mil euros - é válida, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 127.º CC. Logo, Bento não pode “invalidar” um negócio que se constitui validamente;
- Pretensão de Bento de invalidar os negócios da venda do ouro e da compra do carro. 2 hipóteses: (i) aplicação da alínea a) do n.º 1 do artigo 125.º CC, entendendo que, em dezembro de 2021, António ainda tinha 17 anos; ou (ii) não aplicação da alínea a) do n.º 1 do artigo 125.º CC, considerando que António já tinha 18 anos.
- Pretensão de António de reverter a venda – aplicação da alínea b) do n.º 1 do artigo 125.º CC.

II

Diogo nasceu em setembro de 2003 e, desde a adolescência, mostrou sinais de perturbações de personalidade não evidentes, mas que afetavam gravemente o seu discernimento.

Assim, em outubro de 2020, os seus pais requereram o acompanhamento, tendo à respetiva ação sido dada publicidade em novembro seguinte e a sentença proferida em novembro de 2021, decretando o acompanhamento de **Diogo** pelo pai e sujeitando a representação do acompanhante todos os atos de alienação de bens do acompanhado.

A sentença de acompanhamento veio a ser registada em 30 de novembro 2021.

Em dezembro de 2021, **Diogo** vendeu à sua prima **Fernanda** (que o conhece desde sempre) por um preço irrisório, uma pulseira em ouro extraordinariamente valiosa.

1. Pronuncie-se sobre o enquadramento jurídico do caso, determinando se o acompanhante pode reverter a venda da pulseira. [5 valores]
 - Artigo 138.º CC.
 - Diogo é menor (artigo 122.º CC) e carece de capacidade de exercício (artigo 123.º CC). Contudo, o acompanhamento pode ser requerido nos termos do artigo 142.º CC.
 - Legitimidade – artigo 141.º CC.

- Publicidade da ação em novembro de 2020 – artigo 153.º, n.º 1, CC.
- Sentença – artigo 139.º, n.º 1, CC.
- Acompanhante – o pai – artigo 143.º, n.º 2, alínea c), CC.
- Representação do acompanhante de todos os atos de alienação de bens do acompanhado – artigo 145.º, n.º 2, alínea b), CC.
- Registo da sentença de acompanhamento – artigo 153.º, n.º 2, CC.
- Venda da pulseira à sua prima – aplicação da alínea b) do n.º 1 do artigo 154.º CC.
 - Legitimidade – divergência doutrinária – (i) aplicação do artigo 287.º CC; ou (ii) aplicação analógica da alínea a) do n.º 1 do artigo 125.º CC.

2. Admita agora que **Diogo** tinha 25 anos quando o seu acompanhamento foi requerido e decretado e que a pulseira fora vendida no ano anterior ao da instauração da ação. *Quid iuris?* [3 valores]

- Aplicação do n.º 3 do artigo 154.º CC.
 - Regime da incapacidade acidental – artigo 257.º CC.
 - Análise dos requisitos subjetivos e objetivo.
 - Considerando a proximidade da prima a Diogo, que deverá a perturbação, mesmo não sendo evidente, a declaração de venda é anulável.

III

António e mais dez dos seus amigos constituíram, em janeiro de 2021, a Associação *Amigos das águas*, cujo fim consiste na promoção da requalificação dos rios nacionais, através de ações de despoluição.

Entretanto, em maio seguinte, a Associação *Amigos das águas*, adquiriu várias obras plásticas a artistas em início de carreira com o objetivo de as leiloar e de, com os fundos arrecadados, adquirir um imóvel para a instalação da sede.

Logo depois, **António**, na qualidade de Presidente da Direção da Associação, garantiu o pagamento de uma dívida que a sua mãe havia contraído para aquisição de roupas de luxo da marca internacional “*Bimba&Parola*”.

Revoltado com a atuação de **Antônio**, o associado **Carlos**, fez um *post* no *Facebook*, no qual revelava que **Antônio** era alcoólico, ironizando que o seu ato ocorreu “*porque tem faltado ultimamente às reuniões dos alcoólicos anônimos*”.

Quid iuris? [6 valores]

- Constituição da associação – escritura pública – artigos 158.º, n.º 1, 167.º e 168.º, n.º 1, CC.
- Capacidade das pessoas coletivas – princípio da especialidade – artigo 160.º, n.º 1, CC – divergência doutrinária.
 - Compra das obras plásticas – é válida, na medida em que não pode excluir-se, pelo menos, a “conveniência” em relação à prossecução do fim (doutrina tradicional)
 - Garantia do pagamento da dívida da mãe de Antônio
 - Possibilidades defendidas na doutrina: (i) nulidade – artigo 294.º CC (doutrina tradicional; por não ser, sequer, “conveniente”; (ii) consequência associada à ilegitimidade (divergência: nulidade/ineficácia); ou (iii) defesa da aplicação analógica do regime do art. 6.º/4 do CSC (Pedro Pais de Vasconcelos), o que coloca a questão do entendimento do sentido da regra do n.º 1 do mesmo artigo (que o Autor em questão entende como regra de vinculação e não de capacidade; neste sentido, o ato seria válido e vincularia a associação, mas o presidente poderia ser responsabilizado pelos danos que do seu ato decorressem para a sociedade)
- *Post* no *Facebook* de Carlos
 - Direito à honra – artigos 70.º, n.º 1 e 484.º CC.
 - Artigo 70.º, n.º 2, CC – (i) Responsabilidade civil (artigos 483.º e ss. CC); e (ii) providências adequadas (eliminação do *post*).
 - Direito à reserva sobre a intimidade da vida privada – artigo 80.º CC.
 - Artigo 70.º, n.º 2, CC – (i) Responsabilidade civil (artigos 483.º e ss. CC); e (ii) providências adequadas (eliminação do *post*).